

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP**

Suzana Rosa dos Santos

**Análise empresarial do ramo de seguros: os impactos da IFRS 17 e o período
pandêmico**

Mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais

**São Paulo
2022**

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP**

Suzana Rosa dos Santos

**Análise empresarial do ramo de seguros: os impactos da IFRS 17 e o período
pandêmico**

Mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de MESTRE em Ciências Contábeis e Atuariais, sob a orientação do Prof. Dr. Sérgio de Iudícibus.

**São Paulo
2022**

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta Dissertação de Mestrado por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura: _____

Data: _____

e-mail: <rs.suzana@hotmail.com>

S237

Santos, Suzana Rosa dos

Análise empresarial do ramo de seguros: os impactos da IFRS 17 e o período pandêmico. / Suzana Rosa dos Santos. -- São Paulo: [s.n.], 2022.

56p. il.; 30 cm.

Orientador: Sérgio de Iudicibus.

Dissertação (Mestrado)-- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Contábeis e Atuariais.

1. Seguradoras. 2. Índices econômico-financeiros. 3. Indicadores de atividade. 4. Notas Explicativas. I. Iudicibus, Sérgio de. II. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Contábeis e Atuariais. III. Título.

CDD 657

Suzana Rosa dos Santos

**Análise empresarial do ramo de seguros: os impactos da IFRS 17 e o período
pandêmico**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de MESTRE em Ciências Contábeis e Atuariais.

Aprovado em: __/__/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Sérgio de Iudícibus – PUC-SP

Prof. Dr. Fernando de Almeida Santos – PUC-SP

Prof. Dr. Marcelo Eloy Fernandes – CEETEPS

Ao meu marido Fabiano de Oliveira Ribeiro
e aos meus filhos Pedro dos Santos
Ribeiro e Davi dos Santos Ribeiro.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação São Paulo – FUNDASP.

This study was financed in part by the Fundação São Paulo – FUNDASP.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por ter conduzido a minha vida em direção à concretização deste sonho.

Ao meu amado marido, Fabiano de Oliveira Ribeiro, que desde o primeiro momento em que decidi fazer o curso de Mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais, não poupou esforços para que eu pudesse concretizá-lo. Agradeço também por sua compreensão, carinho e ajuda em todos os momentos.

Aos meus amados filhos, Pedro dos Santos Ribeiro e Davi dos Santos Ribeiro por serem a maior motivação da minha vida.

À minha amada mãe, Edite Rosa dos Santos, por ser presente e ter percorrido todo este caminho ao meu lado.

Ao meu querido orientador, Professor Dr. Sérgio de Iudícibus, por sua compreensão e ensinamentos. Sinto-me extremamente honrada em tê-lo como orientador nesta trajetória.

Ao querido Professor Dr. Fernando de Almeida Santos por ter me inspirado e conduzido nesta trajetória acadêmica. Agradeço também por sua mentoria e brilhante dedicação aos seus alunos e ao curso.

Ao Professor Dr. José Carlos Marion por tantos aconselhamentos, conversas e ensinamentos, especialmente no momento mais difícil enfrentado pela humanidade durante a pandemia de COVID-19.

Ao Professor Dr. Marcelo Eloy Fernandes por suas importantes contribuições para a finalização deste trabalho.

À Rosilaine Ferrari, com quem desde o primeiro contato, iniciei a construção de uma amizade que será perpetuada.

A todos os professores do curso por toda a dedicação e presteza de alto nível.

A todos os meus amigos que conheci neste Mestrado.

Aos meus familiares, especialmente à minha tia, Angelica de Moura, amigos, que de alguma forma me motivaram para mais esta conquista.

RESUMO

SANTOS, S. R. *Análise empresarial do ramo de seguros: os impactos da IFRS 17 e o período pandêmico*. 2022. 57f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

O objetivo desta dissertação é analisar o mercado segurador brasileiro por meio de dados extraídos das demonstrações financeiras de 2018 a 2021; informações a respeito da nova norma que abrangerá todo o mercado para as seguradoras com capital aberto (IFRS 17). A análise contará com o período anterior e durante ao da pandemia de COVID-19, que teve impacto não somente no Brasil, mas em todo o mundo. Em 2021, este mercado arrecadou R\$306,4 bilhões. O volume de negócios do setor representa cerca de 6,3% do PIB se considerada a participação da Saúde Suplementar e de 3,5% sem esse segmento. Em 2021, o setor pagou mais de R\$393,2 bilhões entre benefícios, indenizações, resgates, sorteios, despesas médicas e odontológicas. O setor também assume 23,4% da dívida pública brasileira. A pesquisa é comparativa, quantitativa e qualitativa e inicialmente contou com a análise de seis seguradoras, porém três delas não apresentaram informações suficientes. Observou-se pelos índices econômico-financeiros, principalmente pelos índices de atividade, que as seguradoras, mesmo no período da pandemia, conseguiram obter bons resultados e se apresentaram de forma estruturada para assumir os desafios futuros. No entanto, alguns pontos individuais merecem atenção e devem ser avaliados conforme descrito no decorrer deste trabalho. Existem situações desafiadoras, que merecem atenção e estudos futuros.

Palavras-chave: seguradoras com capital aberto; índices econômico-financeiros; indicadores de atividade; IFRS 17.

ABSTRACT

SANTOS, S. R. *Análise empresarial do ramo de seguros: os impactos da IFRS 17 e o período pandêmico*. 2022. 57f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

This dissertation aims to analyze the Brazilian insurance market through data extracted from the financial statements from 2018 to 2021; information about the new accounting standard covering the entire market for publicly traded insurance companies (IFRS 17). The analysis will include the period before and during the COVID-19 pandemic, which had an impact not only in Brazil but throughout the world. In 2021, this market raised BRL 306.4 billion. The business volume of this sector represents about 6.3% of GDP if the participation of Supplementary Health is considered and 3.5% without this segment. In 2021, the industry paid more than BRL 393.2 billion among benefits, indemnities, redemptions, prizes, and medical and dental expenses. The sector is also liable for 23.4% of the Brazilian public debt. The research is comparative, quantitative, and qualitative and initially relied on the analysis of six insurers, but three of them did not provide sufficient information. It was observed by the economic and financial indexes, mainly by the activity indexes, that the insurers, even in the pandemic period, managed to obtain good results and seemed to be structured to take on future challenges. However, some individual points drew attention and should be evaluated as described in the course of this research. There are challenging situations that deserve attention and future studies.

Keywords: publicly traded insurance companies; economic and financial indexes; activity indexes; IFRS 17.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Fluxograma: etapas do trabalho	37
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Análise dos Modelos IFRS 17 e Solvência II	23
Quadro 2 – Principais fatos da IFRS 17	50

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Receitas Anuais (R\$ mil).....	25
Tabela 2 – Indicadores de liquidez.....	40
Tabela 3 – Indicadores de estrutura de capital	41
Tabela 4 – Indicadores de atividade	42
Tabela 5 – Indicadores de rentabilidade	43

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	Tema e contexto da pesquisa	13
1.2	Problemática e justificativa	14
1.3	Objetivo da pesquisa	14
1.3.1	Objetivo geral	14
1.3.2	Objetivos específicos	14
1.4	Contribuição	15
1.5	Estrutura do trabalho	15
2	REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1	História do seguro	16
2.1.1	A história internacional	16
2.1.2	A história do seguro no Brasil	18
2.2	Implantação da IFRS 17 nas seguradoras brasileiras	20
2.3	Dados econômicos do mercado segurador	24
2.4	Indicadores econômico-financeiros	25
2.4.1	Indicadores de liquidez	26
2.4.2	Indicadores de estrutura de capital	27
2.4.3	Indicadores de rentabilidade	28
2.5	Indicadores de atividade	29
2.6	Notas explicativas	30
3	MÉTODOS E TÉCNICAS	35
3.1	Processo de coleta de dados	38
3.2	Universo da pesquisa	38
3.3	Desenvolvimento dos constructos	39
4	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	40
4.1	Resultados dos índices econômico-financeiros	40
4.2	Notas explicativas	44
4.2.1	Brasilseg	44
4.2.2	Porto Seguro	46
4.2.3	Sul América	47
4.3	IFRS 17	49
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
	REFERÊNCIAS	55

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho discorre sobre as informações do mercado segurador, considerando-se inclusive o período durante a pandemia de COVID-19. Esta pandemia impactou em medidas para o setor de seguros no Brasil a partir de 2020, sendo que até o momento, em 2022, ainda não se encerraram.

A pesquisa aborda a análise empresarial das seguradoras listadas na B3 no período de 2018 a 2021, com intuito de avaliar a evolução do mercado de seguros neste período com a apuração dos principais índices, análise das notas explicativas e explicações a respeito das normas que serão alteradas em função da *International Financial Reporting Standards* (IFRS) 17.

A pesquisa apresenta todos os dados relevantes das empresas listadas na B3 no mercado segurador brasileiro no período de 2018 a 2021. A relevância desta análise se dá em função da importância do mercado segurador dentro da economia brasileira.

Malacrida, Lima e Costa (2018, p. 1) consideram:

[...] o mutualismo como característica fundamental do seguro, aliado à incerteza com relação ao futuro, à previdência contra males da natureza, entre outros aspectos que norteiam o conceito do seguro, como, por exemplo, o instinto de preservação da espécie, podemos afirmar que os primeiros traços do seguro na história do homem já estavam presentes na pré-história.

Destaca-se a dimensão que os seguros tomaram dentro da economia, sendo que se faz persistente. Tal fato é demonstrado nos estudos atualizados a respeito da evolução destes negócios, não somente pelo âmbito técnico do seguro propriamente dito, mas também, pelas análises empresariais, principalmente, da representatividade destes negócios na economia e na sociedade.

1.1 Tema e contexto da pesquisa

A pesquisa aborda a análise empresarial das seguradoras listadas na B3 no período de 2018 a 2021 com o intuito de avaliar a evolução do mercado de seguros neste período, com a apuração dos principais índices, análise das notas explicativas e explicações a respeito das normas que serão alteradas em função da IFRS 17.

1.2 Problemática e justificativa

Em 2020, o mundo viveu uma situação muito inesperada, em diversos aspectos, devido à pandemia de COVID-19 que interferiu em todos os cenários e países do mundo. Esta interferência teve impacto direto nas economias mundiais, gerando assim situações atípicas em todos os setores empresariais.

Com a grande representatividade e importância do setor de seguros na economia brasileira, foram analisados dentro do contexto econômico os impactos dos cenários de 2018 a 2021, pois mesmo antes da pandemia, o Brasil já enfrentava desafios na política econômica e que se agravaram em 2020.

Portanto, o problema de pesquisa consistem em analisar: com a importância e representatividade do mercado segurador no Brasil, como estão o desempenho das seguradoras no período anterior e durante a pandemia de COVID-19? Qual a importância da aplicação da nova norma neste contexto?

1.3 Objetivo da pesquisa

1.3.1 Objetivo geral

O objetivo principal desta pesquisa consiste em avaliar como as empresas de seguros se comportaram dentro do período de 2018 a 2021. Observando a crise econômica que o Brasil enfrenta e seu agravamento em função da pandemia em 2020, verificar o desempenho do setor de seguros, observando os aspectos financeiros e operacionais.

A pesquisa contará com análise do setor, aspectos relevantes e, também, a interferência destes aspectos dentro do cenário e períodos avaliados.

1.3.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos da pesquisa são:

- Levantar dados econômicos do setor de seguros e discriminar a sua relevância dentro do contexto econômico do Brasil.
- Reunir informações no âmbito financeiro das empresas do setor de seguros listadas na B3 e analisar os principais índices, efetuando comparativos e

performance no período.

- Levantar as alterações da IFRS 17 e seus possíveis impactos e interferências no setor de seguros.
- Identificar nas notas explicativas os impactos da COVID-19 (2020 e 2021).

1.4 Contribuição

A pesquisa contribui para investidores tomarem decisões, além de ser possível proporcionar um olhar para toda a sociedade em relação ao setor. O desempenho do setor é importante para funcionários, terceirizados, fornecedores e outros *stakeholders*, além de contribuir para elaboração de políticas públicas, principalmente em um cenário de tanta instabilidade como o atual.

Justifica-se esta pesquisa em função da representatividade expressiva do setor de seguros dentro da economia nacional, sendo que se observa alguns pontos levantados neste trabalho, que necessitam de informações para ajudar no processo de tomada de decisões, suporte para estudos no mercado segurador presente e futuro.

1.5 Estrutura do trabalho

O referencial teórico é composto: pela história do seguro nacional e internacional; por informações da implantação do IFRS 17 no Brasil; por dados econômicos das seguradoras reforçando a sua importância junto ao mercado brasileiro; por explicações dos indicadores econômico-financeiros mais relevantes para o setor de seguros e que serão calculados para análise e parecer; por conceitos e normas das notas explicativas.

A metodologia apresenta as informações das seguradoras listadas na B3 e que foram instrumentos de análise deste trabalho. Levantamento de dados das demonstrações financeiras para cálculos dos índices mais relevantes ao setor de seguros com foco para os índices de atividade, além da obtenção das informações nas notas explicativas, para análise e parecer dos pontos mais relevantes dentro do mercado segurador.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta pesquisa apresenta a história do seguro, reforçando a importância deste setor no passado até os tempos atuais. Em seguida o trabalho apresenta dados em relação à implantação do IFRS 17 nas seguradoras brasileiras, além dos dados econômicos do mercado segurador, trazendo dados inclusive do período pandêmico. Os indicadores econômico-financeiros e notas explicativas que serviram como instrumento de análise deste trabalho seguem com suas explicações para reforçar os critérios e conceitos.

2.1 História do seguro

Conforme Contador (2007), a história do seguro remonta aos séculos antes de Cristo, quando as caravanas atravessavam os desertos do Oriente para comercializar camelos. Como alguns animais sempre morriam no caminho, os cameleiros firmaram um acordo no qual pagariam para substituir o camelo de quem o perdesse.

2.1.1 A história internacional

Contador (2007) menciona que a história do seguro é organizada em três períodos, sendo classificadas da seguinte forma:

1ª fase) iniciada no século XIV até a primeira apólice no século XVII.

2ª fase) vai até a primeira metade do século XIX, é marcada pela criação das seguradoras com função principal para transferir o risco.

3ª fase) refere-se à atualidade, tendo como característica predominante a evolução técnica pela qual corresponde ao seguro.

A origem das primeiras concepções de seguros, conforme Contador (2007), é caracterizada pela fase primitiva e observou-se uma característica predominante dentro dos clãs e tribos, a fase denominada como a do mutualismo, ou seja, em que havia proteção mútua. A natureza com seus mistérios e surpresas representava algo totalmente surpreendente e por este motivo a convivência e ajuda mútua representavam fatores básicos de sobrevivência. Os indivíduos então se ajudavam quando da ocorrência de algum fator que resultasse em perda material.

Segundo Contador (2007) afirma existem registros das operações de seguros

no século 18 a.C., na Babilônia, Grécia antiga na Índia, Pérsia e Fenícia. Para diversificar os riscos, nas caravanas realizadas na Mesopotâmia, 2250 a.C. distribuía-se o risco dividindo as cargas nos animais, pois caso um se perdesse, todos compartilhavam as perdas. Os fenícios em 1600 a.C., empregavam o mutualismo para embarcações perdidas, pois repunham o que havia sido perdido. Também criaram em fundo de reserva (com o lucro), pensando em perdas futuras. Importante reforçar que todos estes seguros moldados na história, atingiam os grupos que participavam das operações.

Malacrida, Lima e Costa (2018) reforçam que na Roma antiga, os soldados que eram transferidos de local e os familiares daqueles que vinham a falecer, para ambas as situações recebiam auxílio das associações formadas. Para os que se aposentavam, recebiam terras e propriedade do estado. Os transportes marítimos eram segurados com operações muito parecidas com as que se tem hoje. Com relação as cargas, havia operações em que se transferiam valores para subsidiar as perdas.

Contador (2007, p. 5-6) menciona fatores que resultaram na transferência de risco:

[...] pessoas ou instituições dispostas a assumir os riscos de outras (as produtoras de seguros); segundo, a existência de pessoas e instituições que queiram transferir os seus riscos em troca de pagamento (os segurados); e terceiro, a existência de registros de eventos e dos fenômenos danosos, a interpretação adequada e sua transformação em distribuição de ocorrências.

Malacrida, Lima e Costa (2018) relatam que com a chegada da época do Renascimento e com desenvolvimento que atingiu todos as áreas, o cenário do seguro marítimo tornou-se relevante, pois as navegações como as que realizadas pelos países da Europa (que resultariam em grandes descobertas) e as navegações para a Ásia (que resultavam em negociações comerciais marítimas) eram de grande representatividade. Dentro do contexto do comércio marítimo, as navegações se deparavam com perigos, como enfrentamento a piratas, e situações ruins em que as embarcações se encontravam. Por isso, a necessidade clara de se ter o seguro.

Contador (2007) descreve a primeira lei de seguros:

- Em 1115 foi implantada pelo Papa Alexandre IV a obrigatoriedade de seguros de roubos e incêndios, para os bens da igreja.
- Em 1293 o rei português D. Dinis insere o primeiro contrato de seguro marítimo.
- Em 1318 foi definida pela Ordenança de Pisa a primeira legislação de seguros, parecida com a de hoje. Em 1347 em Gênova há registros do primeiro documento que tratava de um contrato marítimo.

Conforme Contador (2007), por volta de 1755, ocorreram avanços matemáticos e atuariais que contribuíram diretamente para a evolução do seguro. No século XVIII, houve uma expansão significativa do setor de seguros em função da revolução industrial em todo o mundo. Entre 1770 e 1840 foram constituídas as primeiras companhias de seguros (MALACRIDA; LIMA; COSTA, 2018).

De acordo com Contador (2007, p. 12), a introdução do seguro de vida nos Estados Unidos subiu de “1,4% em 1880, para 8,7% em 1913 e para 53% em 1963”. Desta forma, consolidou-se “o valor de ativos das empresas seguradoras e a participação do PIB demonstraram um grande aumento a partir de 1860.” (MALACRIDA; LIMA; COSTA, 2018, p. 6).

2.1.2 A história do seguro no Brasil

Malacrida, Lima e Costa (2018, p. 7) descrevem que durante os “[...] primeiros 300 anos após o descobrimento, o Brasil vivia isolado do mundo, abastecendo e enriquecendo a Corte portuguesa [...]. Os seguros estavam restritos as atividades marítimas [...]”. Malacrida, Lima e Costa (2018, p. 7) atestam que conforme “[...] Machado (2006), as atividades de seguro eram regulamentadas pelas “Regulações da Casa de Seguros de Lisboa”, de 1791, e que vigoraram até a Proclamação da Independência.”

A Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) menciona que:

A atividade seguradora no Brasil teve início com a abertura dos portos ao comércio internacional, em 1808. A primeira sociedade de seguros a funcionar no país foi a "Companhia de Seguros BOA-FÉ", em 24 de fevereiro daquele ano, que tinha por objetivo operar no seguro marítimo. (SUSEP, 1997, p. 9).

Malacrida, Lima e Costa (2018) descrevem que a atividades relativas a seguros foram determinadas por padrões no período imperial. A Lei nº. 556 de 25 de junho de 1850 promulgou o Código Comercial Brasileiro, que regulava, em especial, os seguros marítimos, incluindo aplicações que enquadravam outros seguros. Com estas mudanças, o mercado brasileiro começou a atrair seguradoras estrangeiras.

Contador (2007, p. 22, grifo do autor) afirma que no ano de 1860 “[...] os Decretos nºs 2.679, de 2/11/1860, e 2.711, de 19/12/1860, estabelecem a obrigatoriedade da divulgação de balanços” das seguradoras, e “[...] em 1862 seria concedida autorização a uma seguradora estrangeira para instalar-se no Brasil – a portuguesa *Garantia da Cidade do Porto Cia. de Seguros.*”

Segundo a Susep (1997, p. 10), no período republicano do Brasil:

O Decreto nº 4.270, de 10/12/1901, e seu regulamento anexo, conhecido como "Regulamento Murtinho", regulamentaram o funcionamento das companhias de seguros de vida, marítimos e terrestres, nacionais e estrangeiras existentes ou que viessem a se organizar no território nacional. Além de estender as normas de fiscalização a todas as seguradoras que operavam no País, o Regulamento Murtinho criou a "Superintendência Geral de Seguros", subordinada diretamente ao Ministério da Fazenda. Com a criação da Superintendência, foram concentradas, numa única repartição especializada, todas as questões atinentes à fiscalização de seguros.

Malacrida, Lima e Costa (2018, p. 9) afirmam que em 1929 a crise financeira mundial “atingia o Brasil e, conseqüentemente, seu mercado de seguros, causando insolvência nas seguradoras e drástica diminuição dos investimentos externos.”

A Susep (1997, p. 11) afirma que:

[...] foi criado, em 1939, o Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), através do Decreto-lei nº 1.186, de 3 de abril de 1939. As sociedades seguradoras ficaram obrigadas, desde então, a ressegurar no IRB as responsabilidades que excedessem sua capacidade de retenção própria, que, através da retrocessão, passou a compartilhar o risco com as sociedades seguradoras em operação no Brasil. Com esta medida, o Governo Federal procurou evitar que grande parte das divisas fosse consumida com a remessa para o exterior, de importâncias vultosas relativas a prêmios de resseguros em companhias estrangeiras.

De acordo com Malacrida, Lima e Costa (2018) com a inserção do Decreto-lei nº 73/66, houve a expansão administrativa para controle do setor de seguros. Esta expansão contou com a seguinte composição: o órgão normativo, o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) para implantação das normas e fiscalização

do mercado segurado, os órgãos executivos, contando com o IRB em sua nova reformulação, e a superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

A partir de 1966, Contador (2007), afirma que a indústria de seguros passou a crescer consideravelmente, acompanhando a economia nacional. Porém, no início dos anos 80 com alguns ocorridos a situação mudou, fatos como: os choques do petróleo, a crise financeira internacional de 1982, o crescente endividamento externo e interno, a crise política e, principalmente, a hiperinflação.

Segundo Malacrida, Lima e Costa (2018, p. 10):

[...] com a amenização das crises, a reestruturação técnico-administrativa da Susep em 1985 (melhorando sua operacionalidade, corrigindo distorções e modificando a regulamentação), a queda da inflação com a criação do Plano Real e a melhoria da política econômica, o setor evolui para outro patamar, com o valor dos prêmios atingindo proporção cada vez maior no PIB.

A abertura do mercado de resseguro se consolidou por meio da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, que estabeleceu a nova “[...] política de resseguro, retrocessão e sua intermediação, as operações de cosseguro, as contratações de seguro no exterior e as operações em moeda estrangeira do setor securitário” (BRASIL, 2007).

Malacrida, Lima e Costa (2018, p. 12) apontam que a lei nº 11638/2007 impulsionou o IASB para emissão de normas internacionais como a implantação do IFRS (*Internacional Financial Reporting Standards*) no Brasil. A partir de 2010 as normas foram traduzidas pela CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e conforme previsto, as empresas brasileiras passaram a adotar as normas a partir de 2010, obedecendo aos requerimentos dos órgãos reguladores.

2.2 Implantação da IFRS 17 nas seguradoras brasileiras

As normas internacionais de contabilidade, a IFRS, são implantadas com intuito de padronização dos relatórios contábeis, de forma que a análise seja mundialmente aceita, que haja mais transparência das informações, que reforce cada setor com dados relevantes. As informações contábeis, por sua vez, ganham força com a implantação destas normas.

Conforme já mencionado neste trabalho, estas normas passaram a ser implantadas pela sua obrigatoriedade em 2010 e mesmo antes dessa data já se

debatia a importância da implantação de normas específicas para o mercado segurador.

Com isso, foi composta a IFRS 17 para implantação em todas as seguradoras de capital aberto até janeiro de 2023, sendo que para que haja comparabilidade dos dados, as alterações devem ser feitas em 2022.

Diante deste cenário de mudança, fez-se necessária a explicação dos pontos mais relevantes e, também, dos impactos desta alteração.

A IFRS 4 foi implantada em 2010, que teve sua aceitação no mercado brasileiro por meio do CPC 11 e da Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) TG 11 - contratos de seguro. Pode-se dizer que foi uma versão antecipada da IFRS 17. Ambos trazem em seu contexto, inúmeros impactos no processo de elaboração dos relatórios financeiros dos contratos de seguros.

Vale destacar dois pontos que foram colocados mediante a implantação da IFRS 4:

- Contabilização dos contratos de seguro com melhorias em seus registros;
- Divulgação das informações de forma mais analítica.

Importante ressaltar a importância desta implantação, porém não houve a padronização esperada no tocante à comparabilidade das informações nas empresas seguradoras. Mediante esta necessidade, o *International Accounting Standards Board* (IASB) lança a IFRS 17 para implantação no Brasil, cuja utilização já está sendo feita em alguns países da Europa.

Os benefícios que esta implantação trará são diversos e dentre eles vale reforçar as vantagens em termos de registro, transparência, detalhamento de processos e comparabilidade. Porém, é importante salientar que se trata de uma implantação complexa e que demandará recursos financeiros e operacionais.

Hoje, as empresas adotam o modelo de Solvência II para seus registros. Refere-se à metodologia já utilizada na Europa desde 2016.

De acordo com a Consultoria Deloitte (2022), o regime de Solvência II tem uma estrutura baseado em três pilares:

Pilar I: cálculo dos requisitos do capital de solvência e capital mínimo requerido;

Pilar II: princípios gerais que regem a regulação de riscos e controles internos;

Pilar III: diretrizes sobre divulgação e transparência de informação a respeito da solvência e situação financeira.

Com a implantação da Solvência II, a IFRS 17 trará novas mudanças ao setor. O quadro 1 apresenta a análise dos modelos:

Quadro 1 – Análise dos Modelos IFRS 17 e Solvência II

Tópico	IFRS 17	Solvência II
Definição e Escopo	Seguro (e investimento participante, mas apenas para empresas que também emitem contratos de seguro)	Todos os contratos regulamentados como seguros
	Certos contratos que não são regulamentados como seguros podem ser capturados.	Seguradoras apenas em jurisdições específicas.
	Aplicável apenas aos relatórios do IFRS.	Os regimes regulatórios que são considerados "equivalentes" a Solvência II reconhece e mede os passivos do contrato de acordo com esses regimes.
Separando componentes	Componentes distintos de investimento, certos derivados embutidos e certos bens e serviços são separados	Sem separação de componentes.
Reconhecimento	No início da data da cobertura em que o primeiro pagamento é feito por um "grupo" de contratos (ou anterior para um grupo de contratos onerosos).	No início da data em que a cobertura começa ou data em que consta no contrato.
Granularidade / Agrupamento de contratos	Potencial para três grupos (com base na lucratividade) por portfólio.	Agrupamento prescrito por tipo de contrato.
Limite do Contrato	A seguradora não tem mais direitos substantivos para receber prêmios ou obrigações de prestação de serviços, porque os riscos do segurado ou da carteira ao definir o preço ou o nível do benefício podem ser reavaliados.	A seguradora não precisa mais fornecer cobertura ou pode alterar os termos para "refletir totalmente o risco" no nível da carteira (a menos que tenha ocorrido a subscrição de vida individual).
Fluxos de caixa (excluindo custos de aquisição)	Fluxos de caixa relacionados diretamente ao cumprimento dos contratos.	Todas as entradas e saídas de caixa necessárias para liquidar as obrigações ao longo da vida.
Taxa de desconto	"Top Down" ou "Bottom Up", refletindo as características do passivo.	Determinado, baseado em <i>swaps</i> menos risco de crédito (mais ajuste de contrapartida ou volatilidade em certas circunstâncias). (Taxas atuais somente)
Apetite de Risco	Nenhum método descrito.	6% do custo de capital
	Visão das empresas sobre a compensação exigida pela incerteza decorrente de riscos não financeiros (apenas).	Líquido de resseguro
	Bruto de Resseguro	N/A
Método simplificado para determinados contratos	<i>Premium Allocation Approach</i>	Não prevê nenhum modelo específico
Fim da obrigação	Quando as obrigações se extinguem ou se modificam substancialmente o contrato.	Onde as obrigações são extintas, quitadas ou canceladas, ou expiram.

Fonte: Foianesi (2019, p. 21-23)¹.

¹ Foianesi (2019) baseou-se no resumo comparativo sobre as principais diferenças entre os modelos IFRS 17 e Solvência II publicado em setembro de 2017 pela PricewaterhouseCoopers (PwC) no relatório intitulado *Using Solvency II to implement IFRS 17*. Disponível em: <<https://www.pwc.pt/pt/industrias/seguros/pwc-using-solvencyII-IFRS17.pdf>>. Acesso em: 13 julho. 2022.

O quadro demonstra que a norma impacta em uma mudança para o mercado segurador, porém a busca pela transparência, qualidade das informações e comparabilidade tendem a ser significativamente reforçadas.

Acata-se como definição de contrato de seguro, a explanação apresentada na pesquisa: *In depth: A look at current financial reporting issues*, conduzida pela rede de consultoria e auditoria PwC (2017, p. 2, grifo nosso):

IFRS 17 defines insurance contracts as contracts under which one party (the issuer) accepts significant insurance risk from another party (the policyholder) by agreeing to compensate the policyholder if a specified uncertain future event (the insured event) adversely affects the policyholder.

2.3 Dados econômicos do mercado segurador

Desde março de 2020, o Brasil tem sofrido as consequências desta pandemia com repercussão mundial, sendo que o mundo passou por situações de isolamento da população, empresas foram fechadas para que os funcionários trabalhassem remotamente, o comércio se fechou temporariamente, sendo abertos somente locais para suprir necessidades básicas como: supermercados, farmácias e hospitais. Mediante todo este processo impactante as economias de todos os países passaram a se reestruturar já que a crise econômica foi inevitável. O setor de seguros, por sua vez, também teve impactos, positivamente ou negativamente, conforme o tipo de seguro.

Destaca-se que os prêmios de seguros representam 3,8% do PIB, o que reforça a importância deste setor para a economia nacional.

Na Tabela 1, apresentada pela Susep no relatório de análise e acompanhamento anual, foi demonstrado o histórico do percentual de representatividade do PIB no Brasil:

Tabela 1 – Receitas Anuais (R\$ mil)

Ano	Acumulação	Seguros (excl. VGBL)	Capitalização	Total	% PIB
2003	14.825	23.674	6.023	44.522	2,6
2004	18.210	26.958	6.602	51.770	2,6
2005	19.233	30.827	6.910	56.970	2,6
2006	22.952	34.276	7.111	64.340	2,7
2007	28.179	38.253	7.829	74.261	2,7
2008	31.828	44.288	9.015	85.132	2,7
2009	38.710	46.478	10.104	95.292	2,9
2010	46.078	53.385	11.781	111.243	2,9
2011	53.644	61.611	14.081	129.337	3,0
2012	70.594	69.829	16.585	157.009	3,3
2013	73.943	83.078	20.976	177.997	3,3
2014	83.874	92.969	19.565	196.408	3,4
2015	99.050	98.533	21.628	219.210	3,7
2016	117.819	100.709	21.223	239.751	3,8
2017	121.094	105.348	20.936	247.378	3,8
2018	111.756	112.810	21.223	245.790	3,5
2019	129.200	119.255	24.102	272.557	3,7
2020	126.850	124.059	23.178	274.086	3,7
2021	141.133	141.007	24.179	306.319	3,5

Fonte: Susep (2021, p. 5).

Nesta tabela apresentada pela Susep reforça historicamente a importância e representatividade do setor de seguros para a economia do Brasil e conseqüentemente mundial.

2.4 Indicadores econômico-financeiros

A análise dos índices econômico-financeiros é de extrema importância para o bom entendimento da situação da empresa e exercem uma função completar para que as análises das demonstrações contábeis possam ser efetivas.

Conforme Iudícibus (2017, p. 103):

A análise de demonstrações financeiras encontra seu ponto mais importante no cálculo e avaliação do significado de quocientes, relacionando principalmente itens e grupos do Balanço e da Demonstração do Resultado. Passaremos a expor as formas de cálculo, o significado e as limitações de cada um dos principais relacionamentos.

A técnica de análise financeira por quocientes é um dos mais importantes desenvolvimentos da Contabilidade, pois é muito mais indicado comparar o ativo corrente com o passivo corrente do que simplesmente analisar cada um dos elementos individualmente.

No caso das seguradoras, conforme Malacrida, Lima e Costa (2018, p. 170), a “[...] análise das demonstrações tem como objetivo avaliar o desempenho da seguradora, fornecendo informações úteis às partes interessadas com o intuito da tomada de decisões”, que correspondem aos clientes, outras seguradoras e reguladores.

Conforme Assaf Neto e Lima (2019) reforçam a importância referente as análises das demonstrações financeiras, pois visam a observação do desempenho econômico- financeiro da empresa, de forma que os estudos quando avaliados em períodos passados, possam reforçar e prevenir tendências futuras.

Assaf Neto e Lima (2019) acrescentam que os índices representam uma técnica importante para análise, porém não podem ser utilizadas de maneira isolada, já que podem refletir uma situação específica da empresa. Por isso é importante a comparação temporal e setorial. A comparação temporal traz a análise comparativa de três a cinco anos. A comparação setorial nada mais é, do que a comparação dos dados índices, com as empresas do mesmo setor.

2.4.1 Indicadores de liquidez

Os índices de Liquidez são “utilizados para avaliar a capacidade de pagamento da empresa, isto é, constituem uma apreciação sobre se a empresa tem capacidade para saldar seus compromissos.” (MARION, 2019, p. 74).

A seguir apresentam-se os índices de liquidez geral, corrente e imediata adaptadas de Assaf Neto e Lima (2019) e Malacrida, Lima e Costa (2018):

- **Liquidez geral** possui característica de longo prazo.

Fórmula:

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo realizável a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}} \quad (1)$$

Conforme Assaf Neto e Lima (2019, p. 240, grifo do autor):

O índice revela o percentual das dívidas de curto prazo que pode ser resgatado mediante o uso de ativos circulantes de maior liquidez. *Por exemplo*, se o índice de liquidez seca for igual a 1,10, entende-se que, para cada \$ 1,00 de dívidas circulantes (curto prazo), a empresa mantém \$ 1,10 de ativos monetários circulantes, principalmente caixa, aplicações financeiras e valores a receber.

- **Liquidez corrente** possui a característica de pagamento de dívidas de curto prazo.

Fórmula:

$$\text{Liquidez corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo circulante}} \quad (2)$$

Segundo Malacrida, Lima e Costa (2018, p. 175):

O índice de liquidez seca das seguradoras é um pouco diferente de outras empresas [devido ao seu perfil], pois realmente começamos a entrar no ramo de serviços dessa companhia. A ideia da liquidez seca é realmente diminuir mais ainda a capacidade de pagamento da empresa para verificar em situações de maior risco financeiro sua capacidade de pagamento de passivos, nesse caso de curto prazo.

Fórmula:

$$\text{Liquidez Seca} = \frac{\text{Ativo circulante -CAD}}{\text{Passivo Circulante}} \quad (3)$$

- **Liquidez imediata** indica como a seguradora pode pagar os compromissos de curto prazo.

Fórmula:

$$\text{Liquidez imediata} = \frac{\text{Caixa e equivalente caixa}}{\text{Passivo circulante}} \quad (4)$$

Conforme Assaf Neto e Lima (2019, p. 240), a liquidez imediata retrata:

[...] a porcentagem das dívidas de curto prazo (passivo circulante) que pode ser saldada imediatamente pela empresa, por suas disponibilidades de caixa. Evidentemente, quanto maior se apresentar esse índice, maiores serão os recursos disponíveis mantidos pela empresa. Pouco significado apresenta esse índice para os analistas externos.

Malacrida, Lima e Costa (2018, p. 176) afirmam que os “indicadores de liquidez são muito importantes para o mercado segurador para que possam gerar tranquilidade aos segurados, dando-lhes segurança de que receberão os seus sinistros, resgates, benefícios etc.”

2.4.2 Indicadores de estrutura de capital

Segundo Malacrida, Lima e Costa (2018, p. 176):

Os indicadores de estrutura de capital das seguradoras servem para avaliar a estrutura de origem de recursos da empresa seguradora, formada pelo passivo circulante, não circulante e o patrimônio líquido e alguma relação com algum ativo.

Os índices de estrutura de capital apresentados são:

- **Grau de endividamento** indica o endividamento, considerando a capacidade de pagamento por meio de recursos de curto e longo prazo.

$$\text{Grau de endividamento} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}{\text{Passivo} + \text{Patrimônio líquido}} \quad (5)$$

- **Grau de imobilização** indica o nível de imobilização dos ativos da empresa comparado ao patrimônio.

$$\text{Grau de Imobilização} = \frac{\text{Ativo não Circulante} - \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Patrimônio Líquido}} \quad (6)$$

2.4.3 Indicadores de rentabilidade

Os índices de rentabilidade são utilizados pela maioria dos setores empresariais, pois demonstram o retorno obtido mediante os valores investidos.

- **Retorno sobre o Patrimônio Líquido** demonstra “quanto a empresa gerou de lucro líquido em relação ao investimento no patrimônio líquido.” (MALACRIDA; COSTA; LIMA, 2018, p. 181).

$$\text{RSPL (ROE)} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio líquido médio}} \quad (7)$$

- **Retorno sobre investimentos** demonstra o quanto o lucro representa sobre o ativo investido.

$$\text{Retorno dos investimentos (ROI)} = \frac{\text{Lucro líquido}}{\text{Ativo total médio}} \quad (8)$$

Conforme Assaf Neto e Lima (2019, p. 245):

Uma alternativa ao uso do ROA para avaliar o retorno produzido pelo total dos recursos aplicados por acionistas e credores nos negócios é a medida do Retorno sobre o Investimento (ROI). Enquanto os ativos incorporam todos os bens e direitos mantidos por uma empresa, o investimento equivale aos recursos deliberadamente levantados pela empresa e aplicados em seus negócios.

- **Retorno das aplicações** demonstra “o retorno sobre os investimentos realizados.” (MALACRIDA; COSTA; LIMA, 2018, p. 181).

$$\text{Retorno das aplicações} = \frac{\text{Receitas financeiras}}{\text{Aplicações financeiras (Curto e longo prazos)}} \quad (9)$$

2.5 Indicadores de atividade

Malacrida, Lima e Costa (2018, p. 178) indicam que os “indicadores de atividade possuem o objetivo de avaliar as atividades operacionais das seguradoras no nível dos sinistros, da comercialização das apólices, das despesas administrativas etc.”

- **Índice de sinistralidade** indica “os sinistros retidos em relação aos prêmios ganhos, também chamado de indicador de sinistralidade.” (MALACRIDA; LIMA; COSTA, 2018, p. 179). Quanto menor este índice for, melhor para a seguradora.

Fórmula:

$$\text{Índice de Sinistralidade} = \frac{\text{Sinistros retidos}}{\text{Prêmios ganhos}} \quad (10)$$

- **Índice de comercialização** “demonstra quanto de despesa com comercialização (custo de aquisição), especialmente as comissões pagas a corretores de seguro, a seguradora está tendo em relação às suas receitas com prêmios ganhos.” (MALACRIDA; LIMA; COSTA, 2018, p. 179).

Fórmula:

$$\text{Comercialização} = \frac{\text{Custo de aquisição}}{\text{Prêmios ganhos}} \quad (11)$$

- **Índice de despesas administrativas** compara as despesas administrativas, como por exemplo, os salários, as contas de consumo e os serviços prestados por outrem, com os prêmios recebidos das seguradoras. (MALACRIDA; LIMA; COSTA, 2018).

Fórmula:

$$\text{Administrativas} = \frac{\text{Despesas administrativas}}{\text{Prêmios ganhos}} \quad (12)$$

- **Índice combinado** refere-se ao índice combinado e ao combinado ampliado. Conforme Malacrida, Lima e Costa (2018, p. 178), estes índices se tratam dos “indicadores mais importantes”, no qual o “[...] primeiro é a soma dos indicadores anteriores, ou seja, todas as atividades operacionais da empresa sobre os prêmios ganhos.” O índice ampliado considera as receitas financeiras.

Fórmulas:

$$\text{Índice Combinado}^2 = \frac{\text{SR} + \text{CAq} + \text{DA} + \text{DT} + \text{ORDO}}{\text{Prêmios ganhos}} \quad (13)$$

$$\text{Índice Combinado Ampliado} = \frac{\text{SR} + \text{CAq} + \text{DA} + \text{DT} + \text{ORDO}}{\text{Prêmios ganhos} + \text{Resultado financeiro}} \quad (14)$$

Quanto menor este indicador, melhor para a seguradora.

Existem poucas referências com relação a análise do setor de seguros no tocante à análise econômico-financeira.

Silva (2021) tratou deste setor específico trazendo dados históricos e conceituais que elucidam algumas questões do setor. Caldeira e Santos (2020), por sua vez, tratam do assunto da análise de índices do setor de seguros com todas as particularidades.

2.6 Notas explicativas

As notas explicativas são evidenciações que adicionam às Demonstrações Contábeis (Financeiras) informações relevantes de forma a enriquecer as demonstrações e torná-las ainda mais confiáveis. De acordo com Ludícibus (2017, p. 67):

As notas explicativas devem ser apresentadas, tanto quanto seja

² SR = sinistros retidos; CAq = custos de aquisição; DA = despesas administrativas; DT = despesas tributárias; DT = despesas tributárias; ORDO = outras receitas e despesas operacionais.

praticável, de forma sistemática. Na determinação de forma sistemática, a entidade deve considerar os efeitos sobre a compreensibilidade e comparabilidade das suas demonstrações contábeis. Cada item das demonstrações contábeis deve ter referência cruzada com a respectiva informação apresentada nas notas explicativas.

Iudícibus (2017, p. 67-71) acrescenta que:

Conforme disposição legal decorrente da Lei no 6.404/1976, art. 176, parágrafo 5o, as Notas Explicativas devem indicar:

a) Os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, especialmente estoques, dos cálculos de depreciação, amortização e exaustão, de constituição de provisões para encargos ou riscos e dos ajustes para atender a perdas prováveis na realização de elementos do Ativo:

- Expressar as principais práticas contábeis (critérios) significa informar aos usuários das Demonstrações Financeiras o modus operandi da Contabilidade, o que propicia melhor abordagem da situação econômico-financeira da empresa. Veja-se a seguir cada um dos principais critérios.

- Estoques. Os critérios de avaliação de estoque: (a) Preço Médio; (b) LIFO (UEPS); (c) FIFO (PEPS) etc.

- Depreciação. Os critérios utilizados para determinação da vida útil, as taxas utilizadas por classes principais do Ativo, o método de depreciação utilizado (linha reta, taxas decrescentes, de Cole etc.).

- Amortização e exaustão. Os critérios utilizados para determinação da vida útil, o método de amortização e exaustão etc., os critérios adotados para fazer amortização de gastos de implantação, reorganização e outros diferidos.

- Provisão para encargos. A base de contabilização da Provisão para Imposto de Renda (informando se são incluídos Incentivos Fiscais), a base de constituição para Provisão para Férias, a base de constituição da Provisão para Gratificação a Empregados etc.

- Provisões para riscos. A base de constituição da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (limite legal, média dos últimos anos etc.).

- Ajustes para atender a perdas prováveis na realização de elementos do ativo. Quando o valor de mercado for menor que o custo:

- Valores mobiliários (não classificados como Investimentos).

- Matérias-primas, produtos em fabricação, produtos acabados, mercadorias (comércio) e bens em almoxarifado.

– Investimentos em participação no capital social de outra sociedade e os demais Investimentos.

- Avaliação dos elementos patrimoniais. Critério de avaliação dos Investimentos (Custo ou Equivalência Patrimonial); critério de registros dos Passivos (Empréstimos, Financiamentos com ou sem Variação Cambial) etc.

b) Os Investimentos em outras sociedades, quando relevantes. Considera-se relevante o Investimento:

- Em cada sociedade coligada ou controlada, se o valor contábil é igual ou superior a 10% do valor do Patrimônio Líquido da Companhia.
- No conjunto das sociedades coligadas e controladas, se o valor contábil é igual ou superior a 15% do valor do Patrimônio Líquido da Companhia.
- As Notas Explicativas dos Investimentos Relevantes devem conter informações precisas sobre as sociedades coligadas e controladas, bem como suas relações com a companhia, indicando o seguinte:

I – Denominação da sociedade, de seu capital social e do Patrimônio Líquido.

II – O número, as espécies e as classes de ações ou quotas de propriedade da companhia, bem como o preço de mercado das ações, se houver.

III – O lucro líquido do exercício.

IV – Os créditos e as obrigações entre a companhia e as sociedades coligadas e controladas.

V – O montante das receitas e despesas em operações entre companhia e sociedades coligadas e controladas.

c) Os ônus reais constituídos sobre elementos do Ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes. Os ônus reais e as garantias decorrem, geralmente, dos empréstimos e financiamentos por instituições financeiras ou pelo próprio fornecedor: hipoteca dos bens financiados, alienação fiduciária, penhora etc. Devem também ser declarados outros itens oferecidos em garantia de empréstimos: Estoques, Duplicatas a Receber, Máquinas etc.

Responsabilidades eventuais ou contingentes referem-se a causas trabalhistas, contingências físicas (oriundas de autuações fiscais) que representam riscos de perdas.

d) A taxa de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo devem ser destacadas da seguinte forma:

Instituições Financeiras (Financiador)	Saldo do Contrato	Data de Vencimento	Taxa de Correção	Correção Monetária ou Variação Cambial	Garantias Oferecidas	Valor de Parcelas Controladas e não Liberadas

--	--	--	--	--	--	--

e) O número, as espécies e as classes das ações do Capital Social. Conforme a Lei das Sociedades por Ações, o Capital Social poderá ser constituído das seguintes ações:

- | | | |
|---|---|--|
| e1) Ações com valor nominal | { | Ações sem valor nominal
Ações sem valor nominal |
| e2) Quanto às espécies | { | Ordinárias (com direito a voto)
Preferenciais (sem direito a voto até 2/3 do total das ações) |
| e3) Quanto à diversificação de classes, ⁵ só é permitida para: | { | Ordinárias (Cia. fechada)
Preferenciais (Cia. aberta)
– Classe A
– Classe B
– Classe C
–
– |
| e4) Quanto à forma | { | Nominativas
Endossáveis |

Combinações possíveis:5

ON – Ordinária Nominativa.

OE – Ordinária Endossável.

PN – Preferencial Nominativa.

PE – Preferencial Endossável.

f) As opções de compra de ações outorgadas e exercidas no exercício. A companhia pode emitir, dentro do limite de aumento do Capital Autorizado no estatuto, títulos negociáveis, denominados “bônus de subscrição”.

Os bônus de subscrição conferem aos seus titulares, nas condições constantes do certificado, direito de subscrever ações do capital social, que será exercido mediante apresentação do título à companhia e pagamento do preço de emissão das ações.

Os bônus de subscrição são alienados pela companhia ou por ela atribuídos, como vantagem adicional, aos subscritores de suas ações ou debêntures.

g) Os ajustes de exercícios anteriores.

Os principais ajustes de exercícios anteriores referem-se à mudança de critérios contábeis (quebra da consistência) e à retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Quanto à mudança de critério contábil, ocorre com mais frequência:

- avaliação de estoques: Preço Médio × FIFO;

- avaliação de investimentos: Método de Custo × Equivalência Patrimonial;
- depreciação: Taxa Fixa × Taxa Decrescente;
- regime de contabilidade: Regime de Caixa × Regime de Competência etc.

Erros imputáveis a exercícios anteriores:

- averiguação de erro na contagem do estoque;
- erro de cálculo etc.

Observa-se, neste caso, que devem aparecer em Notas Explicativas as mudanças de critérios que interfiram no resultado do exercício de forma “relevante”.

h) Os eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e sobre os resultados futuros da companhia. Suponha-se que, logo após o encerramento do balanço (mas antes de sua publicação), ocorra um incêndio na fábrica. Sem dúvida, tal fato alterará o andamento normal das operações da empresa. O analista financeiro considerará este aspecto em seu parecer. Aspectos como dias de paralisação, cobertura de seguros, prejuízos estimados etc. devem ser evidenciados em Notas Explicativas.

3 MÉTODOS E TÉCNICAS

Neste capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos da pesquisa.

O trabalho conta com metodologias de análise comparativa, quantitativa e qualitativa.

Os dados são os disponibilizados pelas seguradoras listadas na B3 do mercado segurador no período de 2018 a 2021:

- Cia Seguros Aliança da Bahia
- Alfa Seguradora S.A.
- Sul América Companhia Nacional de Seguros
- Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais
- Brasilseg Companhia de Seguros

Com base nas demonstrações financeiras, o foco principal da pesquisa serão: a análise dos indicadores econômicos, dados relevantes das notas explicativas relacionados à pandemia de COVID-19, a alteração da norma internacional das seguradoras IFRS 17 e a descrição das principais alterações na IFRS 17.

Na metodologia utilizada para pesquisa foram realizadas as seguintes análises:

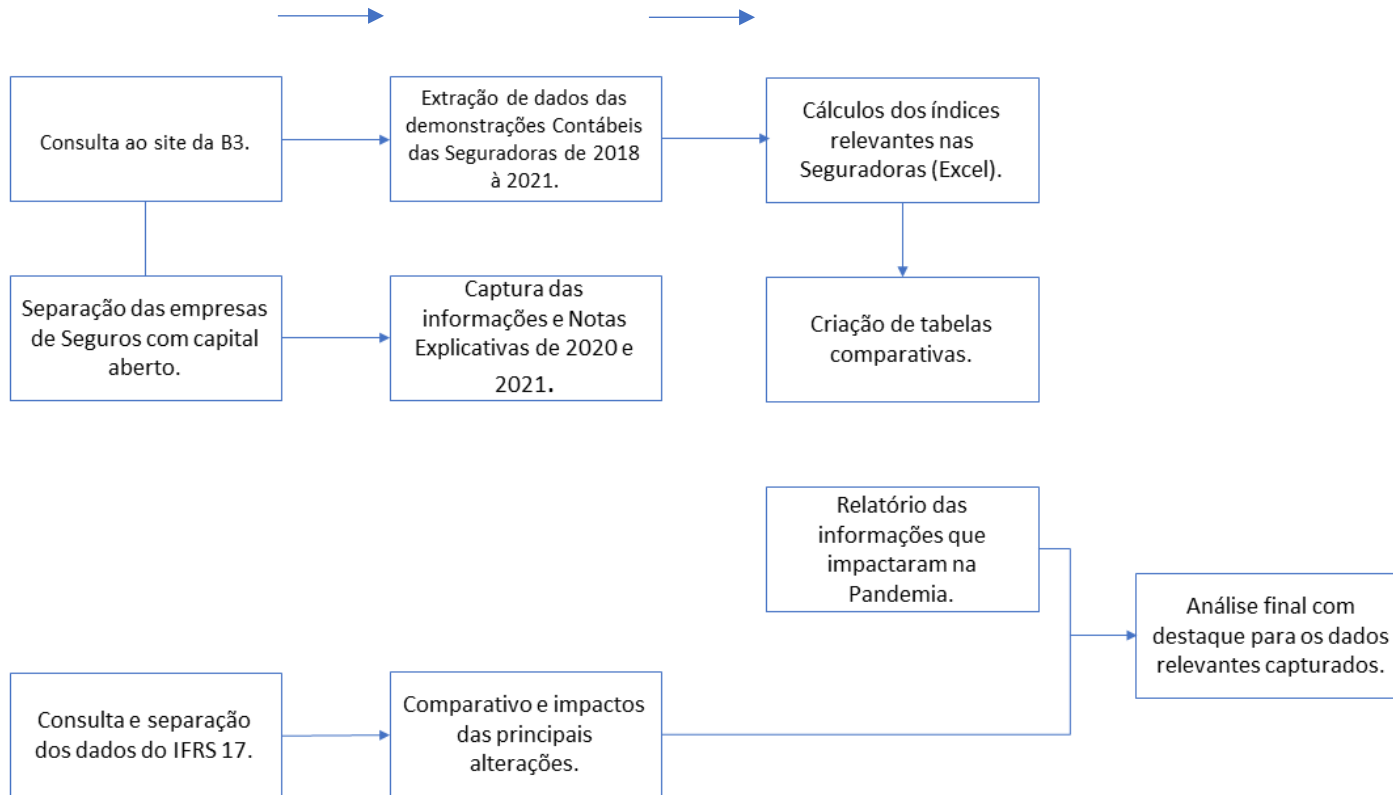
1. Análise empresarial do ramo de seguros antes e durante a pandemia;
2. Principais índices, de acordo com a relevância no mercado, para a análise comparativa dentro do período e fatores evolutivos no período, que abrange a crise econômica nacional e a pandemia (de 2018 a 2021);
3. Verificação das notas explicativas, um estudo dos pontos relevantes e a correlação com ambas as seguradoras envolvidas;
4. Análise das alterações do IFRS 17, comparativo com a norma atual e os principais impactos no processo de implantação e futuros.

As etapas da execução do trabalho, abaixo descritas, são apresentadas no fluxograma da Figura 1:

- a) Consulta ao site B3 para levantamento das Demonstrações Financeiras de 2018 a 2021 das seguradoras listadas;
- b) Cálculo dos índices relevantes ao setor com os dados das demonstrações, análise da evolução e itens críticos;

- c) Consulta e levantamento dos relatórios anuais divulgados pelas seguradoras listadas na B3. Separação das notas explicativas de 2020 e 2021;
- d) Análise e preparação de relatório com o parecer das informações relevantes e de maior impacto das notas explicativas, focando as informações relacionadas a COVID 19 e andamento da implantação do IFRS 17;
- e) Considerações finais, considerando as apurações, análises e pareceres.

Figura 1 – Fluxograma: etapas do trabalho



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

3.1 Processo de coleta de dados

O processo para coleta de dados para a pesquisa abrangeu três itens:

- I. índices econômico-financeiros de 2018 a 2021: coleta de dados das demonstrações financeiras disponíveis, apresentações trimestrais, *releases* das empresas avaliadas;
- II. notas Explicativas: coleta de dados das demonstrações financeiras divulgadas anualmente das empresas avaliadas;
- III. alterações das normas contábeis aplicadas ao setor de seguros no Brasil a partir de 2023, IFRS 17 para empresas listadas na B3: pesquisa bibliográfica com as principais alterações.

3.2 Universo da pesquisa

Foram avaliadas todas as empresas de seguro listadas na B3, sendo separadas conforme relação abaixo:

- Cia. de Seguros Aliança da Bahia
- Alfa Seguradora S.A.
- Sul América Companhia Nacional de Seguros
- Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais
- Brasilseg Companhia de Seguros
- Caixa Seguradora S.A.
- Os estudos baseados nos dados das empresas Cia. de Seguros Aliança da Bahia e Alfa Seguradora S.A. apresentaram baixa liquidez e os dados para composição dos índices distorcem da análise das demais empresas. A Caixa Seguradora abriu *Initial Public Offering* (IPO) em 2021, portanto a disponibilidade dos dados não está completa para efetivação das análises. Portanto as análises serão efetuadas das seguradoras: Sul América Companhia Nacional de Seguros, Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, Brasilseg Companhia de Seguros.

3.3 Desenvolvimento dos constructos

A apuração dos Índices Econômico-financeiros se fez através de planilha Excel após a apuração dos dados conforme mencionado no capítulo anterior com o comparativo no intervalo entre 2018 e 2021, contemplando o período anterior e durante a pandemia de COVID-19.

A análise das notas explicativas se fez pela leitura analítica com as informações relevantes que foram selecionadas para apresentação neste trabalho através da indicação das palavras COVID-19 e IFRS 17 no texto e a interferência no contexto da leitura.

O comparativo entre as normas atuais que regem a contabilidade de seguros e as que passarão a vigorar em 2023 através da IFRS 17.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Resultados dos índices econômico-financeiros

Os resultados dos índices econômico-financeiros serão apresentados de acordo com os cálculos efetuados e com as análises efetuadas para concretização dos pareceres, em função das análises dos dados disponíveis das empresas avaliadas.

Na Tabela 2, encontram-se descritos todos os indicadores de liquidez das empresas relacionadas.

Tabela 2 – Indicadores de liquidez

GERAL	2018	2019	2020	2021
Brasilseg Companhia de Seguros	1,1	1,1	1,1	1,1
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais	1,2	1,2	1,2	1,1
Sul América Companhia Nacional de Seguros	1,3	1,3	1,4	1,4
CORRENTE	2018	2019	2020	2021
Brasilseg Companhia de Seguros	1,0	1,0	1,0	1,0
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais	1,3	1,3	1,2	1,1
Sul América Companhia Nacional de Seguros	1,9	2,0	2,3	2,2
SECA	2018	2019	2020	2021
Brasilseg Companhia de Seguros	1,0	1,0	1,0	1,0
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais	1,3	1,3	1,2	1,1
Sul América Companhia Nacional de Seguros	1,9	2,0	2,3	2,2
IMEDIATA	2018	2019	2020	2021
Brasilseg Companhia de Seguros	0,003	0,001	0,001	0,000
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais	0,046	0,050	0,044	0,056
Sul América Companhia Nacional de Seguros	1,579	1,635	1,996	1,932

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Os índices de liquidez Geral, Corrente e Seca apresentados pelas três empresas estão em conformidade com o que se espera, ou seja, apesar da Brasilseg estar com os índices em 1,0, todas possuem capacidade para o cumprimento de suas obrigações tanto no período anterior à pandemia quanto durante.

O índice de liquidez Imediata é o que mais se apresenta desfavorável para as empresas Brasilseg e Porto Seguro, ou seja, cabe análise dos critérios utilizados para se considerar a atribuição em caixa, uma vez que algumas empresas passaram a considerar nesta conta os valores de aplicações financeiras conforme alteração da norma.

Na Tabela 3 estão descritos os indicadores de estrutura de capital das seguradoras relacionadas:

Tabela 3 – Indicadores de estrutura de capital

GRAU DE ENDIVIDAMENTO	2018	2019	2020	2021
Brasilseg Companhia de Seguros	84,2%	86,7%	87,2%	87,9%
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais	75,0%	74,7%	75,5%	77,5%
Sul América Companhia Nacional de Seguros	75,5%	74,8%	70,9%	72,0%
GRAU DE IMOBILIZAÇÃO	2018	2019	2020	2021
Brasilseg Companhia de Seguros	26,0%	38,1%	32,5%	24,7%
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais	47,5%	44,0%	40,9%	39,4%
Sul América Companhia Nacional de Seguros	9,4%	5,9%	12,8%	13,8%

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Os índices de estrutura de capital são diferenciados para as empresas de seguros, uma vez que estas empresas possuem valores expressivos destinados às provisões técnicas, em função da particularidade que as seguradoras possuem para honrar seus compromissos.

Os índices de grau de endividamento estão nivelados de acordo com a proposta das seguradoras e necessidade de provisão, por isso, apresentam-se mais elevados do que o padrão em outras atividades. Considerando-se a análise no período anterior e durante a pandemia, não são observadas alterações relevantes no contexto da pandemia, porém é importante ressaltar que o grau de endividamento na empresa Brasilseg é mais representativo, principalmente em função das provisões técnicas.

O grau de imobilização é mais representativo na Porto Seguro, pois a empresa vem investindo em participações societárias e *softwares*. A Tabela 4 ilustra os indicadores de atividade:

Tabela 4 – Indicadores de atividade

(continua)				
ÍNDICE DE SINSITRALIDADE	2018	2019	2020	2021
Brasilseg Companhia de Seguros	32,9%	23,8%	29,1%	27,2%
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais	51,2%	53,0%	47,5%	53,1%
Sul América Companhia Nacional de Seguros	74,7%	74,8%	76,4%	84,9%
COMERCIALIZAÇÃO	2018	2019	2020	2021
Brasilseg Companhia de Seguros	41,9%	37,8%	32,0%	31,1%
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais	21,4%	22,4%	23,2%	22,8%
Sul América Companhia Nacional de Seguros	9,6%	9,4%	7,2%	7,1%
ADMINISTRATIVAS	2018	2019	2020	2021
Brasilseg Companhia de Seguros	19,4%	14,9%	13,3%	12,4%
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais	14,2%	13,8%	13,8%	14,3%
Sul América Companhia Nacional de Seguros	8,7%	8,3%	8,0%	7,5%
ÍNDICE COMBINADO	2018	2019	2020	2021
Brasilseg Companhia de Seguros	94,1%	76,4%	74,4%	70,8%
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais	92,2%	94,3%	90,1%	94,9%
Sul América Companhia Nacional de Seguros	97,0%	96,6%	95,7%	102,7%
ÍNDICE COMBINADO AMPLIADO	2018	2019	2020	2021
Brasilseg Companhia de Seguros	86,5%	73,9%	72,3%	69,4%
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais	87,5%	89,5%	85,6%	92,4%
Sul América Companhia Nacional de Seguros	93,9%	93,8%	95,1%	101,3%

(conclusão)

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Os indicadores de atividade representam, de forma particular, as ferramentas para a análise das empresas do mercado segurador. Eles demonstram de maneira específica como estão as atividades mais relevantes e de grande representatividade para o bom andamento do resultado da empresa.

Na análise dos dados da Tabela 4, os índices, em sua grande maioria, não tiveram alterações significativas no período da pandemia. As observações a seguir classificam os itens mais relevantes para cada índice:

Índice de Sinistralidade: todas as empresas apresentaram uma tendência sem alterações percentuais para a sinistralidade, porém somente a Porto Seguro, por ter como principal negócio a comercialização do seguro 'Automóvel', apresentou redução na sua sinistralidade, uma vez que no período da pandemia

muitos carros deixaram de circular. Em 2021, como a circulação de carros voltou, houve aumento da sinistralidade. A Sul América tem como principal seguro para comercialização o 'Saúde', e neste caso houve um aumento em função da pandemia já que foram destinados valores expressivos para a manutenção de UTIs, exames específicos para a COVID-19 e maior tempo de internação. Em 2021, foi também impactada, pois os procedimentos médicos como consultas e exames feitos antes da pandemia, voltaram a ser utilizados.

Comercialização: a maior redução, em torno de 2 pontos percentuais (p.p.), foi da Sul América durante o período da pandemia. Os percentuais de cada empresa diferem de acordo com o *mix* de negócios.

Administrativas: a Brasilseg manteve o ritmo de redução de despesas nos quatro anos avaliados; a Porto Seguro apresentou um pequeno aumento no ano de 2021 motivado pelo pagamento de aproximadamente R\$ 125,9 mil, referente à adesão à transação tributária de desconto para a discussão das arrecadações do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) sobre participação nos lucros e resultados administrativos; e a Sul América apresentou redução no ano de 2021.

Índice Combinado e Índice Combinado Ampliado: a Sul América apresenta em 2021 os índices acima de 100% o que é bem impactante, representando que os prêmios não estão cobrindo os itens de sinistralidade, custo de aquisição, despesas administrativas, despesas tributárias além de receitas e despesas operacionais. No caso da Sul América, o impacto maior foi em função da alta sinistralidade. Na tabela 5, estão descritos os indicadores de rentabilidade:

Tabela 5 – Indicadores de rentabilidade

RETORNO SOBRE PL (ROE)	2018	2019	2020	2021
Brasilseg Companhia de Seguros	6,3%	17,1%	19,6%	23,4%
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais	17,1%	17,3%	19,6%	16,8%
Sul América Companhia Nacional de Seguros	15,2%	17,6%	10,5%	4,1%
RETORNO DAS APLICAÇÕES	2018	2019	2020	2021
Brasilseg Companhia de Seguros	2,3%	0,9%	0,8%	0,6%
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais	5,7%	6,0%	5,1%	3,2%
Sul América Companhia Nacional de Seguros	48,8%	45,5%	9,4%	18,2%

RETORNO SOBRE OS INVESTIMENTOS (ROI)	2018	2019	2020	2021
Brasilseg Companhia de Seguros	13,4%	28,4%	28,6%	32,9%
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais	51,4%	50,6%	55,2%	44,5%
Sul América Companhia Nacional de Seguros	42,3%	49,9%	34,3%	13,7%

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Os indicadores de rentabilidade estão alinhados com o período anterior ao da pandemia, somente a Sul América apresentou queda em 2020 e 2021 para os indicadores ROE e ROI com maior expressividade.

4.2 Notas explicativas

4.2.1 Brasilseg

As notas explicativas de 2020 apresentam diversas informações relevantes, porém dentre as que mais chamaram a atenção estão as informações referentes ao cumprimento das normas, com a preparação da empresa para implantação do IFRS 17, e as iniciativas, para que dentro do cenário pandêmico, as operações da empresa não fossem prejudicadas.

As notas explicativas de 2021, assim como as de 2020, apresentam, também, diversas informações diante do contexto operacional, efetuando o cumprimento das normas no tocante à prestação de contas. As informações em relação às normas internacionais e a situação da empresa durante a pandemia são destaques.

Abaixo as situações de destaque que foram retiradas das notas explicativas e que correspondem aos assuntos da COVID-19 e IFRS 17.

Ano 2020

COVID19

A empresa esclarece que a estratégia de longo prazo foi mantida, mas que já havia declarado um plano específico em função da COVID-19, com equipes multidisciplinares, com fluxos de acompanhamento e execução de comunicados realimentados e todos os intervenientes internos.

A gestão de riscos foi aprimorada ao longo do exercício.

A carteira do grupo é composta de 99,9%, em 31 de dezembro de 2020, por instrumentos financeiros com taxa de remuneração pós-fixada atrelada à taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) ou Depósito Interbancário (DI), portanto, observam-se as oscilações causadas pela COVID-19, porém sem impactos significativos.

A empresa descreve em suas notas explicativas os impactos gerais da COVID-19 nos itens: impacto na continuidade de negócios; impactos nas demonstrações contábeis; capacidade de enfrentamento da crise; impactos em capital regulatório; expectativa de impactos futuros.

Em função da COVID-19, a empresa deu atenção especial aos eventos que pudessem afetar a mensuração do valor justo e a recuperabilidade dos ativos. Foram feitas ao menos três avaliações para avaliar o impacto da COVID-19.

IFRS 17

A empresa está em fase de adaptação à aplicação da nova norma.

Ano 2021

COVID19

Reforçou que foram mais de 30 iniciativas com envolvimento de praticamente toda a companhia para o enfrentamento à COVID19.

Revisão nº 16/2020 e nº 18/2021 de Pronunciamento Técnicos do CPC – Estabelecem alterações no Pronunciamento Técnico – CPC 06 (R2- IRFS16) – Arrendamento em decorrência de Benefícios Relacionados à COVID19, concedidos para Arrendatários em contrato de arrendamento. A Revisão busca proporcionar um alívio prático aos locatários de arrendamentos na contabilização das concessões de aluguel decorrentes da pandemia.

Não houve impactos significativos para a 'BB Seguridade' inclusive no âmbito de suas controladas e demais investidas.

Com relação à sinistralidade, o quarto trimestre, tal como o terceiro, manteve a reversão da alta sinistralidade registrada ao longo do primeiro

semestre. Houve redução de 14, 1 p.p. ao 3T21. No ano, conforme dados gerências da Brailseg de 18 de janeiro de 2022, foram registrados 11,4 mil sinistros relacionados à COVID-19, totalizando R\$ 864 milhões em indenizações e a recuperabilidade dos ativos.

Com relação à mensuração dos valores justos, foi dada atenção especial, pois pela COVID-19 e conseqüentemente pela alta de juros foram feitas 2 avaliações durante o ano.

No que diz respeito aos ativos sujeitos ao teste de imparidade, observou-se que o valor obtido foi superior ao saldo contábil do investimento e ativo intangível de vida útil indefinida, não havendo, desta forma, a necessidade de registro de perda por desvalorização de ativos.

IFRS – 17

Idem a 2020

4.2.2 Porto Seguro

As notas explicativas do ano de 2020, foram apresentadas de forma completa, conforme parecer de auditoria, trazendo todos os dados exigidos pela norma para complementação da análise das demonstrações financeiras da empresa. Assim como as demais seguradoras, trouxe as questões relativas à alteração das normas internacionais IFRS 17 e os impactos e ações com relação à pandemia.

As notas explicativas do ano de 2021 deram continuidade ao cumprimento das normas e explicações a respeito dos fatos relevantes.

Ano 2020

COVID 19

Houve redução dos prêmios emitidos em 1,2%, porém a sinistralidade reduzida em 9 p.p. de 2020 em comparação ao ano de 2019. Esta redução deve-se, principalmente, à baixa circulação de veículos em função da pandemia.

Com relação ao seguro de vida, os prêmios tiveram aumento de 2,7%. A sinistralidade, por sua vez, teve um aumento de 7,1 p.p. em relação ao mesmo período de 2019. Foram também indenizados os casos relacionados e diagnosticados de COVID-19.

IFRS 17

A empresa explica que os maiores impactos com relação aos contatos de seguros, referem-se aos de longo prazo. Como a empresa opera na sua grande maioria com contratos de curto prazo de até 12 meses, não está esperando impacto significativo em suas operações. No entanto, as suas demonstrações esperam que o impacto seja maior.

Ano 2021

COVID 19

Foram feitas uma série de ações em decorrência da pandemia de COVID-19, estabelecidas pela administração como a formação do Comitê de Crise, o acompanhamento de negócio e operações bem como a elaboração de cenários de impacto em resultado, liquidez e solvência.

IFRS 17

Idem a 2020.

4.2.3 Sul América

As notas explicativas do ano de 2020 apresentam, de maneira geral, o que ocorreu na empresa nesse ano, mostrando-se de acordo com as normas. As informações descritas apresentam o cenário em função da pandemia e do contexto para a alteração e cumprimento das normas internacionais IFRS 17.

As notas explicativas do ano de 2021, apresentam o contexto parecido ao que foi apresentado em 2020.

Ano 2020

COVID 19

A empresa adotou o regime *Home Office* para todos os funcionários e manteve suas operações mesmo no período mais crítico da pandemia.

Os resultados financeiros e os fundos foram inicialmente prejudicados em função da redução da Selic em 2,5 p.p.

Em função da COVID-19 houve alguns impactos em custos como a evolução das internações por maior quantidade de dias, internações em UTI, inclusão de exames extras no rol de procedimentos da Agência Nacional de Saúde (ANS) e maior necessidade de equipamentos de proteção individual (EPIs). Os impactos estavam apresentando queda, porém em dezembro de 2021 voltaram a aumentar em função da 2ª onda da pandemia.

A unidade de negócios de 'Vida e Previdência' foi impactada principalmente pela redução em 26,7% nas emissões de seguros-viagem, ocasionada pelas restrições de locomoção pela situação da pandemia. A Sul América decidiu cobrir sinistros de morte decorrentes da COVID-19. Em 2020, 861 sinistros vinculados à morte por COVID, representaram R\$ 36,3 milhões de impacto nas despesas de sinistros, com recuperação de resseguro de R\$ 6,8 milhões.

Apesar dos efeitos no mercado financeiro da COVID, o crescimento da receita sobre a taxa de administração cobriu positivamente para o resultado.

IFRS-17

A companhia optou pela isenção temporária do CPC 48 (que trata da contabilização de instrumentos financeiros) e será implementado quando o IFRS 17 entrar em vigor.

O IFRS 17, que trata de contratos de seguros, entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023. A administração está avaliando os impactos de implementação e o IFRS-9, que também será adotado pela companhia, entrará em vigor juntamente com o IFRS 17.

Ano 2021

COVID 19

As ações da companhia para combater os efeitos da pandemia totalizaram mais de R\$ 6 milhões em 2021, em adição às ações que foram feitas em 2020.

O sinistro de segmento de 'Saúde e Odonto' apresentou aumento de 8.1 p.p. em relação ao exercício de 2020, impactado principalmente pelos sinistros relacionados à COVID19, o que representa aproximadamente R\$ 1,2 bilhão. Outro fator que contribui para o aumento foram os procedimentos médicos (consultas e exames) que voltaram ao patamar pré-pandemia.

O impacto dos sinistros do segmento 'Vida' relacionados à COVID-19 foi de R\$ 157,5 milhões, representando 29,1 p.p. na sinistralidade do ano. Em 2020, o valor foi de R\$ 29,3 milhões com impacto de 6,2 p.p. na sinistralidade do exercício anterior. A quantidade de sinistros, vinculados à morte por COVID-19 em 2021, foi de 3.029 contra 861 em 2020, representando um aumento de 252%. Desde o início da pandemia foram regulados 3.890 sinistros vinculados à COVID-19, totalizando uma despesa acumulada de sinistro de R\$ 186,8 milhões.

IRFS17

Idem a 2020

4.3 IFRS 17

No capítulo 2 foram descritos alguns pontos em relação à alteração da norma que será implantada para todas as companhias de seguro com capital aberto. A implantação destas normas será de extrema importância para que haja a padronização contábil empregada no setor de seguros.

Um conceito novo que será implementado no IFRS 17 é o do *Contractual Service Margin* (CSM), que segundo o IFRS 17 (2019, p. 38; grifo nosso) pode ser definido como:

A component of the carrying amount of the asset or liability for a group of insurance contracts representing the unearned profit the entity will recognise as it provides insurance contract services under the insurance contracts in the group.

Neste capítulo, foram aprofundadas em caráter bibliográfico e teórico, as alterações que esta norma trará para o segmento de seguros.

Abaixo, apresenta-se um breve histórico a partir da pesquisa de Foianese (2019) acerca da implantação das normas internacionais no contexto mundial:

Em 1973, foi criado o *International Accounting Standards Committee* (IASC) com o objetivo de criar padrões internacionais de contabilidade para gerar comparabilidade entre os países. Em 1977, cria-se o *Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements*, estrutura de preparação e apresentação de demonstrações financeiras, publicada apenas em 1989.

Em 2001 criou-se *International Accounting Standards Board* (IASB) que assumiu as responsabilidades do IASC, que transformou as normas IAS em padrões internacionais progressivamente, sendo que mais tarde estas normas receberam o nome de IFRS.

Em 2007, iniciou-se a implantação do IFRS no Brasil pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em conjunto com o Banco Central do Brasil. Nesse mesmo ano, aprovou-se também a Lei 11.638, modificando assim as Leis das Sociedades Anônimas (S.A.), nº 6404 de 1976. Em 2010, ocorreu a primeira implantação das normas internacionais que atingem o setor de seguros, a IFRS 4. Em 2017, foi aprovado pelo IASB a implantação do IFRS 17 no Brasil, que irá atingir todas as seguradoras listadas na B3. A aplicação desta norma deverá acontecer em 2023.

Quadro 2 – Principais fatos da IFRS 17

(continua)

Alcance	– Semelhante à IFRS 4 <i>Contratos de Seguro</i> .
Modelo geral de mensuração - Reconhecimento inicial	<ul style="list-style-type: none"> – No reconhecimento inicial, o passivo de um grupo de contratos de seguros é formado pelos seguintes componentes. – Os fluxos de caixa de cumprimento, que representam o valor presente ajustado ao risco dos direitos e obrigações da Companhia com os segurados, abrangendo: <ul style="list-style-type: none"> – estimativas dos fluxos de caixa futuros; – descontos; e – um ajuste para o risco não financeiro. – A margem contratual de seguros (CSM), que representa o lucro não realizado que a Companhia reconhecerá à medida que presta serviços durante o período de cobertura. – Destacamos que os fluxos de caixa de cumprimento, que representam uma saída líquida no reconhecimento inicial, são reconhecidos como um prejuízo imediato.

<p>Modelo geral de mensuração - Mensuração subsequente</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Após o reconhecimento inicial, o passivo de um grupo de contratos de seguro compreende o passivo para a cobertura remanescente (fluxos de caixa de cumprimento e CSM) e o passivo por sinistros ocorridos (fluxos de caixa de cumprimento para sinistros e despesas já incorridos, mas ainda não pagos). - Os fluxos de caixa de cumprimento são remensurados a cada período de apresentação das Demonstrações Contábeis para refletir as estimativas atuais. <p>Geralmente, as variações nos fluxos de caixa de cumprimento são tratadas de diversas maneiras:</p> <ul style="list-style-type: none"> - variações no efeito do valor do tempo no dinheiro e o risco financeiro são refletidos na demonstração de resultado com opção do reconhecimento em outros resultados abrangentes, em determinadas situações; - alterações relativas a serviço passado e atual são reconhecidas na demonstração do resultado; e - mudanças relacionadas a cobertura de seguro futura ajustam a
<p>Uma abordagem simplificada e modificações no modelo geral de mensuração</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Quando determinados critérios são atendidos, uma abordagem simplificada - a abordagem de alocação de prêmios (PAA) - pode ser utilizada. - Ainda, o modelo geral de mensuração é modificado quando for aplicado a: <ul style="list-style-type: none"> - contratos de resseguros mantidos; - contratos de participação direta; e - contratos de investimento com características de participação discricionária (DPFs).
<p>Requisitos de apresentação</p>	<ul style="list-style-type: none"> - A receita de seguro é obtida das variações no passivo da cobertura remanescente para cada período de relatório que está relacionado aos serviços pelos quais a Companhia espera receber uma contraprestação. - Os componentes de investimento são excluídos das receitas de seguro e das despesas de seguro. - Os resultados do serviço de seguro são apresentados separadamente da receita ou despesa financeira de seguro. - As entidades podem optar por desagregar a receita ou despesa financeira de seguros entre o resultado e outros resultados
<p>Data de vigência</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Períodos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2023 - A adoção antecipada é permitida se a IFRS 9 Instrumentos Financeiros e a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes forem aplicadas na data de adoção ou antes.
<p>Transição</p>	<ul style="list-style-type: none"> - A aplicação retrospectiva completa é necessária. No entanto, se ela for impraticável, uma abordagem retrospectiva modificada e uma abordagem de valor justo estão disponíveis. - Capacidade limitada de redesignar alguns ativos financeiros na aplicação inicial da IFRS 17.

(conclusão)

Fonte: KPMG (2021, p. 5-6).

A mudança estrutural que o IFRS 17 trará será de grande impacto e as empresas, conforme visto nas notas explicativas, estão se preparando para a implantação em 2023.

As empresas estão se estruturando para a implantação, porém, percebe-se que haverá uma grande mudança operacional e que acarretará uma mudança direta na forma em que as demonstrações contábeis são apresentadas. Estima-se que esta mudança trará maior transparência para os negócios de seguros e para a comparabilidade, valorizando os trabalhos contábeis efetuados.

Por questões voltadas ao cumprimento da norma, as empresas apresentarão as informações na nova formatação somente quando a exigência tiver de ser cumprida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história e os números comprovam a importância das seguradoras na economia. É de extrema relevância avaliações e estudos deste segmento.

A pesquisa contou com metodologias de análises comparativa, quantitativa e qualitativa.

Na apuração dos índices econômico-financeiros foram considerados os valores das Demonstrações Financeiras, como o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultados.

Os valores foram planilhados para a apuração, considerando o período entre 2018 e 2021.

O objetivo principal destas apurações foi verificar como as empresas estavam em relação aos índices propriamente ditos e como ficaram em relação ao período anterior e durante a pandemia de COVID-19.

Os indicadores de liquidez geral, corrente e seca, apresentaram-se todos superiores a 1,0. Somente o índice de liquidez imediata das seguradoras Brasilseg e Porto Seguro estão abaixo de 1,0.

Para o grau de endividamento, os indicadores de estrutura de capital, a Brasilseg apresentou os maiores percentuais, principalmente em função das provisões técnicas. O grau de imobilização é maior para a Porto Seguro, principalmente pelas participações societárias e *softwares*.

As empresas de seguros possuem particularidades operacionais que impactam diretamente suas análises, por este motivo, para avaliar o desempenho econômico-financeiro das seguradoras é primordial analisar os indicadores apurados para a visualização do negócio especificamente.

Observou-se que, em sua grande maioria, estes índices não tiveram alterações importantes durante a pandemia, exceto a Sul América que, por ter como segmento principal o de saúde, apresentou aumento significativo de 9 p.p. em 2021 em sua sinistralidade, alavancada pela quantidade de internações em UTIs, exames específicos, maior tempo de internações, ambos em função da COVID, os atendimentos médicos e exames feitos antes da pandemia também voltaram a ser efetuados em 2021.

A Porto Seguro teve o seu índice de Despesa Administrativa aumentado também, principalmente em função de um reconhecimento contábil e pagamento, para adesão à transição tributária para INSS sobre participações nos lucros e resultados administrativos.

Com relação ao índice combinado, a Sul América apresentou maior índice, o que precisa ser observado uma vez que o maior impacto vem dos sinistros já mencionados.

Importante observar, o baixo índice combinado da Brasilseg, o que é positivo, pois indica a relação de todas as atividades operacionais com o Prêmio ganho.

Nos indicadores de rentabilidade temos a Sul América que apresentou os índices ROE e ROI abaixo dos que eram praticados em 2021. Com relação ao retorno das aplicações, a Sul América apresentou melhor desempenho, já a Brasilseg e Porto Seguro apresentaram retorno inferior.

A análise das notas explicativas levou em consideração os itens que tratam da COVID-19 e a implantação da IFRS 17 com a sua influência nos resultados.

Todas as seguradoras apresentaram informações relevantes e estruturadas, de acordo com as exigências legais e, também, de suma importância para a análise dos negócios.

As informações em relação ao IFRS 17 ainda são restritas e na maioria conceituais, justificando a metodologia para explicações da norma neste trabalho. Porém, caberá um estudo futuro para a avaliação de como ficará a apresentação das Demonstrações Financeiras e apuração dos dados.

Apesar de todo o contexto mundial econômico problemático em função da pandemia de COVID-19, as seguradoras avaliadas estão estruturadas para enfrentar os desafios futuros.

REFERÊNCIAS

- ASSAF NETO, A.; LIMA, F. G. **Curso de Administração Financeira**. [S. l.]: Grupo GEN, 2019. *E-book*. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597022452/>>. Acesso em: 13 jul. 2022.
- BRASIL. Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007. Dispõe sobre a política de resseguro, retrocessão e sua intermediação, as operações de co-seguro, as contratações de seguro no exterior e as operações em moeda estrangeira do setor securitário. **Casa Civil**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp126.htm>. Acesso em: Acesso em: 13 jul. 2022.
- CALDEIRA, A. P. O.; SANTOS, F. A. ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DOS INDICADORES DO RAMO DE SEGUROS. **Latin American Journal of Business Management**, v.11, n.2, p.3-18, 2020. Disponível em: <<https://www.lajbm.com.br/index.php/journal/article/view/608>>. Acesso em: 15 fev. 2022.
- CONTADOR, C. R. **Economia do seguro**: fundamentos e aplicações. São Paulo: Atlas, 2007.
- DELOITTE. **Solvência II**: Conformidade como oportunidade de aprimorar o desempenho. [2022]. Disponível em<<https://www2.deloitte.com/br/pt/pages/financial-services/solutions/solvencia-II.html>>. Acesso em: 13 jul. 2022.
- FOIANESI, E. **Análise da aptidão do mercado securitário para a implementação do IFRS 17**. 2019. 41f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Atuariais) – Universidade Federal de São Paulo, Osasco, 2019.
- IFRS. IFRS Foundation. (IFRS). **Project Summary: IFRS 17 Insurance Contracts**. London, May 2017. Disponível em: <<https://www.ifrs.org/content/dam/ifrs/project/insurance-contracts/ifrs-standard/ifrs-17-project-summary.pdf>>. Acesso em: 07 de jun. 2022.
- IUDÍCIBUS, S. **Análise de balanços**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- KPMG. **Contratos de Seguros: IFRS 17**. [S. l.], outubro 2021. Disponível em: <<https://assets.kpmg/content/dam/kpmg/br/pdf/2021/10/contratos-de-seguros-ifrs-17.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2022.
- MALACRIDA, M. J. C. **Contabilidade de Seguros - Fundamentos e Contabilização das Operações**. [S. l.]: Grupo GEN, 2018. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597016185/>. Acesso em: 13 jul. 2022.

MARION, J. C. **Análise das Demonstrações Contábeis**. [S. l.]: Grupo GEN, 2019. *E-book*. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597021264/>>. Acesso em: 13 jul. 2022.

PwC. PricewaterhouseCoopers (PwC). **Using Solvency II to implement IFRS 17**. United Kingdom, setembro 2017. Disponível em: <<https://www.pwc.pt/pt/industrias/seguros/pwc-using-solvencyII-IFRS17.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2022.

SILVA, A. D. **Uma análise do comportamento do mercado segurador de saúde brasileiro nos últimos 14 anos**: um estudo da correlação dos indicadores de estrutura de capital, rentabilidade, liquidez, atividade sobre IPCA, PIB e dólar. 2021. 99f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

SUSEP. Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **9º relatório de análise e acompanhamento dos mercados supervisionados**. Rio de Janeiro, 30 maio 2021. Disponível em: <<http://www.susep.gov.br/menuestatistica/SES/relat-acomp-mercado-2021.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2022.

SUSEP. Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Anuário Estatístico 1997**: Seguro; Previdência Privada Aberta; Capitalização. 1997. Disponível em: <<http://www.susep.gov.br/download/anuarios/1997>>. Acesso em: 13 jul. 2022.